



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

Ata nº 019 da Sessão Ordinária nº 019, de  
26 de março de 2013.

1 Às nove horas do dia vinte e seis de março de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a  
3 Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES**,  
4 **ROSA HAGE, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES e ANTÔNIO JOSÉ**; bem como  
5 a presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se  
6 o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária  
7 realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre  
8 Cunha para proposição de voto, nos termos da Resolução nº 10.249/2011. A seguir, a Presidência deu  
9 início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente  
10 Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça,  
11 equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação das Atas das Sessões nº's 012 e 014/2013. Em  
12 sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os  
13 processos. **Processo nº 210012001-00; Prefeitura Municipal de Cametá; Prestação de Contas –**  
14 **2001; Responsável José Rodrigues Quaresma; Auditora Adriana Oliveira; Procuradora Maria Inez**  
15 **Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.**  
16 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
17 manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento  
18 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Relatora  
19 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
20 emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Cametá, a não aprovação das contas  
21 do Executivo, exercício de 2001, de responsabilidade do Sr. José Rodrigues Quaresma, com  
22 recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, dos seguintes valores: 1. R\$-986,22 (novecentos e oitenta  
23 e seis reais e vinte e dois centavos), referente as despesas indevidas com taxa sobre cheque e juros  
24 sobre saldo devedor; 2. R\$-21.600,00 (vinte e um mil, seiscentos reais), referente a multa de 30% dos  
25 vencimentos anuais do Ordenador, de acordo com o art. 5º, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.028/2000, bem  
26 como o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado. Ausência, por ocasião da  
27 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 880012007-00;**  
28 **Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2007; Responsável Walmir de**  
29 **Araújo Alves; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**  
30 **Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
31 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

32 contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público  
33 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer*  
34 *prévio recomendando à Câmara Municipal de Concórdia do Pará, que sejam reprovadas as contas da*  
35 *Prefeitura Municipal, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Walmir de Araújo Alves, que deverá recolher,*  
36 *no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes quantias: I – Aos Cofres Municipais:– R\$-100.513,55 (cem mil,*  
37 *quinhentos e treze reais e cinquenta e cinco centavos), referente a diferença financeira lançada a conta*  
38 *"Agente Ordenador"; - R\$-10.051,36 (dez mil, e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos),*  
39 *correspondente a 10% da importância lançada a conta "Agente Ordenador, nos termos do art. 58 da Lei*  
40 *Complementar nº 084/20122; II - Ao FUMREAP, a título de multa: III- R\$-3.500,00 (três mil e quinhentos*  
41 *reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das*  
42 *prestações de contas quadrimestrais e relatórios resumidos de execução orçamentária;– R\$-5.000,00 (cinco*  
43 *mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pela não apropriação da*  
44 *totalidade dos encargos patronais; não cumprimento do disposto no Art. 212 da Constituição Federal; não*  
45 *aplicação da totalidade dos recursos do FUNDEB em descumprimento ao disposto no Art. 22 da Lei*  
46 *11.494/2007 (Lei do FUNDEB) e descumprimento do Art.20, inciso III, alínea "b" da LC 101/00, sem prejuízo*  
47 *do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: O Conselheiro Aloísio  
48 Chaves e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa  
49 Hage, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, com a exclusão  
50 da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
51 emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Concórdia do Pará, não aprovação das  
52 contas da Prefeitura Municipal, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Walmir de Araújo Alves, que  
53 deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes quantias: I – Aos Cofres Municipais:– R\$-  
54 100.513,55 (cem mil, quinhentos e treze reais e cinquenta e cinco centavos), referente a diferença  
55 financeira lançada a conta "Agente Ordenador"; - R\$-10.051,36 (dez mil, cinquenta e um reais e trinta e  
56 seis centavos), correspondente a 10% da importância lançada à conta "Agente Ordenador", nos termos  
57 do art. 58 da Lei Complementar nº 084/20122, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao  
58 Ministério Público Estadual. **Por maioria**: II - Ao FUMREAP, à título de multa: III- R\$-3.500,00 (três mil  
59 e quinhentos reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa  
60 intempestiva das prestações de contas quadrimestrais e Relatórios Resumidos de Execução  
61 Orçamentária;– R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste  
62 Tribunal, pela não apropriação da totalidade dos encargos patronais; não cumprimento do disposto no  
63 Art. 212 da Constituição Federal; não aplicação da totalidade dos recursos do FUNDEB, em  
64 descumprimento ao disposto no Art. 22 da Lei nº 11.494/2007 (Lei do FUNDEB), e descumprimento do  
65 Art.20, inciso III, alínea "b" da LC 101/00. Vencida a Conselheira Rosa Hage, a Conselheira Mara Lúcia e





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

66 o Conselheiro Antônio José quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Com voto de desempate da  
67 Presidência. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
68 **460012008-00; Prefeitura Municipal de Mocajuba;** Prestação de Contas de Governo – 2008;  
69 Responsável Wilde Leite Colares; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -  
70 Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.** Retirado de pauta.  
71 **Processo nº 460012008-00; Prefeitura Municipal de Mocajuba;** Prestação de Contas de Gestão  
72 – 2008; Responsável Wilde Leite Colares; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator  
73 - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.** Retirado de pauta.  
74 **Processo nº 0530012007-00; Prefeitura Municipal de Oriximiná;** Prestação de Contas – 2007;  
75 Responsável Argemiro José Wanderley Picanço Diniz; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros;  
76 Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.**  
77 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
78 manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento  
79 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Relator  
80 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela  
81 emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Oriximiná a não aprovação das contas  
82 do Executivo, exercício de 2007, de responsabilidade de Argemiro José Wanderley Picanço Diniz, com  
83 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação,  
84 do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 992142004-00; Fundo**  
85 **Municipal de Saúde de Rurópolis;** Prestação de Contas – 2004; Responsável José Paulo Genuíno;  
86 Auditor Leonardo Macieira; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa  
87 Hage; **Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
88 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com  
89 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**  
90 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
91 **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação das contas do Fundo de Saúde do Município de Rurópolis,  
92 exercício de 2004, de responsabilidade do Sr. José Paulo Genuíno. Ausência, por ocasião da votação, do  
93 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 703972004-00; FUNDEF de Santana do Araguaia;**  
94 **Prestação de Contas – 2006; Responsável Gerson Oliveira Lima; Auditor Leonardo Macieira; Procuradora**  
95 **– Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.362, de**  
96 **22.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
97 autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao  
98 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

99 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação  
100 das contas do Fundo Municipal de Educação de Santa do Araguaia, exercício de 2004, de  
101 responsabilidade do Sr. Gerson de Oliveira Lima, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério  
102 Público do Estado. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
103 **882722007-00; Fundo Municipal de Educação de Concórdia do Pará;** Prestação de Contas –  
104 **2007; Responsável Sandra Cascaes Ferreira; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**  
105 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.** Retirado de pauta.  
106 **Processo nº 882702007-00; Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará;** Prestação de  
107 Contas – 2007; Responsável Alfonso Luiz Batista; 5º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros;  
108 Relatora - Conselheira Rosa Hage; **Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.** Retirado de Pauta.  
109 **Processo nº 462202008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Mocajuba;** Prestação  
110 de Contas – 2008; Responsável Albertino Martins; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros;  
111 Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.** Retirado de  
112 pauta. **Processo nº 462192008-00; Fundo Municipal de Saúde de Mocajuba;** Prestação de  
113 Contas – 2008; Responsável Alquindar Coelho Ferreira; 5ª Controladoria; Procuradora -Chefe Elisabeth  
114 Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.362, de**  
115 **22.03.2013.** Retirado de pauta. **Processo nº 1160192005-00; Fundo Municipal de**  
116 **Jacareacanga;** Prestação de Contas – 2005; Responsável Carlos Augusto Veiga; 4ª Controladoria;  
117 Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães;  
118 **Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
119 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com  
120 ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência  
121 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com a  
122 expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Às  
123 dez horas e seis minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº**  
124 **1430042001-00; Fundo Municipal de Educação de Sapucaia;** Prestação de Contas – 2001;  
125 Responsável Walter Gomes Junior; Auditores Luiz Daniel Lavareda e Adriana Oliveira; Procuradora -  
126 Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator da proposição de voto Auditor Convocado José Alexandre  
127 Cunha Pessoa; **Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
128 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário a aprovação das  
129 contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Auditor proferiu sua proposição de **VOTO:** “*pela*  
130 *regularidade das contas, com ressalva, do Fundo Municipal de Educação de Sapucaia, exercício de 2001, de*  
131 *responsabilidade do Sr. Walter Gomes Júnior, sem prejuízo do recolhimento das seguintes multas, com fulcro*  
132 *no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 025/94 – LOTCM/PA: • R\$-900,00 (novecentos reais) pela*







**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

133 *remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral; • R\$-1.000,00 (mil reais) pela utilização*  
134 *indevida de recursos de terceiros (INSS), porém constatada a negociação da dívida previdenciária” . Em*  
135 **votação:** O Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposição de voto apresentada. O  
136 Conselheiro Aloísio Chaves acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage, a Conselheira  
137 Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, com a exclusão das multas. A  
138 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas  
139 com ressalva. **Por maioria:** sem a aplicação das multas do Fundo Municipal de Educação de Sapucaia,  
140 exercício de 2001, de responsabilidade do Sr. Walter Gomes Júnior. Vencido o Conselheiro José Carlos  
141 Araújo e o Conselheiro Aloísio Chaves. Com impedimento do Conselheiro Daniel Lavareda que funcionou  
142 nos autos como Auditor à época do feito. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar  
143 Colares. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo retornou a Presidência da Sessão. **Processo nº**  
144 **140082005-00; Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém – SEMEC; Prestação de**  
145 **Contas – 2005; Responsável Terezinha Moraes Gueiros; 3ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da**  
146 **Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.**  
147 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
148 manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério  
149 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A  
150 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas  
151 prestadas pela Sra. Terezinha Moraes Gueiros, Ordenadora de despesas da Secretaria Municipal de  
152 Educação e Cultura de Belém - SEMEC, exercício de 2005. Ausência, por ocasião da votação, do  
153 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 140112008-00; Secretaria Municipal de Assuntos**  
154 **Jurídicos do Município de Belém – SEMAJ; Prestação de Contas de Gestão – 2008; Responsável**  
155 **Denise Colares de Souza (01/01 a 30/04) e Laíra Lobão Villas (01/05 A 31/12); 4ª Controladoria;**  
156 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE**  
157 **nº 32.362, de 22.03.2013.** Retirado de pauta. **Processo nº 1180011997-00; Prefeitura**  
158 **Municipal de Novo Progresso; Recurso de Revisão contra decisão Objeto da Resolução Nº 7.126**  
159 **(Prestação de Contas de 1997); Responsável Juscelino Alves Rodrigues; Auditor Sérgio Dantas;**  
160 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE**  
161 **nº 32.362, de 22.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
162 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A matéria foi  
163 colocada **em discussão**. A Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
164 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do Recurso e, no mérito, pelo seu provimento  
165 para que sejam reformados os termos da Resolução nº 7126/2003, desta feita pela emissão de parecer





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

166 prévio recomendando a aprovação das contas do Município de Novo Progresso, exercício 1997, sob a  
167 responsabilidade do Sr. Juscelino Alves Rodrigues. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
168 Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201120133-00; Prefeitura Municipal**  
169 **de Dom Eliseu;** Recurso de Revisão da decisão objeto da Resolução Nº 9.649/2009, de 03.12.2009;  
170 **Responsável Jefferson Deprá; 4ª Controladoria; Procuradora -Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -**  
171 **Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.362, de 22.03.2013.** Cumprindo  
172 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo  
173 conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator  
174 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
175 provimento parcial do presente Recurso de Revisão, recomendando à Câmara Municipal de Dom Eliseu a  
176 aprovação, com ressalva, das contas do Executivo, exercício de 2002, de responsabilidade de Jefferson  
177 Deprá, mantendo o teor da Resolução nº 9.649/2009 quanto as multas aplicadas. Ausência, por ocasião  
178 da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201205781-**  
179 **00; Fundo Municipal de Educação de Bannach;** Recurso de Reconsideração da decisão objeto do  
180 **Acórdão Nº 21.715/12; Responsável Dulcinéia Cruz Rodrigues Moraes; 4ª Controladoria; Procuradora -**  
181 **Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº**  
182 **32.362, de 22.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
183 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A  
184 matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:**  
185 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso para aprovar as  
186 contas do Fundo Municipal de Educação de Bannach, exercício de 2007, com a expedição do Alvará de  
187 Quitação, no valor de R\$-2.097.733,10 (dois milhões, noventa e sete mil, setecentos e trinta e três reais  
188 e dez centavos). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro  
189 Cezar Colares. **Processo nº 201118364-00; Câmara Municipal de Almeirim; Denúncia – 2009;**  
190 **Responsável Jucimar de Freitas Camelo; Denunciado Antônio Francisco de Souza Jambo; 3ª**  
191 **Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo  
192 dispositivo regimental, a Relatora proferiu seu **VOTO**. A matéria foi colocada **em discussão**. A  
193 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela procedencia da denúncia  
194 ofertada pelo Sr. JUCIMAR DE FREITAS CAMELO, em desfavor do então Vereador-Presidente da  
195 Câmara Municipal de Almeirim, exercícios de 2009/2010, Sr. ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA  
196 JAMBO, determinando o recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no montante de R\$  
197 182.631,65 (cento e oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos),  
198 com imputação das irregularidades nas correspondentes prestações de contas, bem como o







**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

199 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da  
200 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201013829-00;**  
201 **Associação de Integração Esportiva – Assine;** Prestação de Contas do Convênio nº 021/09,  
202 Firmado com a FUNPAPA; Responsável Luiza Maria Menezes Carmona; 4ª Controladoria; Procuradora  
203 Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.362,**  
204 **de 22.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
205 dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
206 **discussão.** O Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
207 **unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação de Integração Esportiva –  
208 ASSINE, referente aos recursos financeiros recebidos por meio do Convênio nº 021/2009, firmado com a  
209 Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-  
210 100.000,00 (cem mil reais). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, da  
211 Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201202880-00; Instituto de**  
212 **Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria - Portaria  
213 N. 016/2012, de 01 de Fevereiro de 2012; Interessada Ana Marcélia Barbosa da Silva; Procuradora  
214 Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
215 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria.  
216 A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência  
217 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro da Portaria. Ausência, por  
218 ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
219 **201204388-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de**  
220 **Ananindeua;** Aposentadoria - Portaria nº 038/2012, de 01 de Março de 2012; Interessada Maria de  
221 Fátima Oliveira da Silva; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa  
222 Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
223 manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão.** A  
224 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
225 **unanimidade,** decidiu pelo registro da Portaria. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
226 Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201213786-00; Instituto de**  
227 **Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria- Portaria  
228 nº 106/2012, de 01 de agosto de 2012; Interessada Edileuza de Lima Soares; Procuradora Maria Inez  
229 Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
230 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A  
231 matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

232 proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria. Ausência, por  
233 ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
234 **201212421-00; IPAMB/PMB; Portaria nº 0609/12, de 12/06/12; Interessada Nazaré do Socorro**  
235 **Gomes de Almeida; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**  
236 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
237 manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
238 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à  
239 **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
240 Aloísio Chaves. **Processo nº 201216285-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº 1194/12, de**  
241 **12/09/12; Interessada Raimunda Chagas Borges; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**  
242 **Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
243 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi  
244 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
245 **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria. Ausência, por ocasião da  
246 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201212252-00; Instituto de Previdência do**  
247 **Município de Castanhal; Aposentadoria - Portaria Nº 044/12, de 19.06.12; Interessada Ana Célia**  
248 **Lima Silva; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José**  
249 **Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
250 autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
251 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à  
252 **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
253 Aloísio Chaves. **Processo nº 201204901-00; Instituto de Previdência e Assistência do**  
254 **Município de Capanema; Aposentadoria - Resolução Nº 003/12, de 19.03.12; Interessado(a) Leny**  
255 **Caetano Cardoso; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**  
256 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
257 manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
258 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à  
259 **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
260 Aloísio Chaves. **Processo nº 201209778-00; Instituto de Previdência e Assistência do**  
261 **Município de Capanema; Aposentadoria - Resolução Nº 014/12, de 05.06.12; Interessada Raimunda**  
262 **Carlos Braga Nunes; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José**  
263 **Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
264 autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

265 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
266 pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, a  
267 Conselheira Mara Lúcia assumiu à Presidência da Sessão. **Processo nº 201207032-00; Instituto de**  
268 **Previdência do Município de Paragominas; Aposentadoria - Portaria nº 08/2012, de 13.04.2012;**  
269 **Interessada Maria Trindade de Oliveira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para**  
270 **proposição de voto – Auditor José Alexandre Cunha Pessoa. Cumprindo dispositivo regimental, o**  
271 **Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da**  
272 **Portaria. A matéria foi colocada em discussão. O Relator proferiu sua proposição de VOTO. A**  
273 **Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pelo registro da Portaria.**  
274 **Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, o Conselheiro José Carlos**  
275 **Araújo retornou à Presidência da Sessão. Processo nº 201118110-00; Prefeitura Municipal de**  
276 **Oriximiná; Contrato Administrativo nº. 030/2010, de 08.02.2010; Interessado Pública Consultoria e**  
277 **Desenvolvimento Profissional Ltda (CNPJ nº 08.002.464/0001 0; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame**  
278 **da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Retirado de pauta. Processo nº 201300931-00; Câmara**  
279 **Municipal de Mãe do Rio; Cadastramento de Diárias de Prefeito e outros Lei N.º 591/2012, aprovada**  
280 **em 12.11.12; Interessado Lucídio Rezende da Silva Júnior; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da**  
281 **Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou**  
282 **seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro do Ato. A matéria foi colocada em**  
283 **discussão. A Relatora proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à**  
284 **unanimidade, decidiu pelo cadastramento da Lei Municipal nº 591/2012, aprovada em 12.11.12, pela**  
285 **Câmara Municipal de Mãe do Rio, que fixa o valor das diárias de viagem do Prefeito, Vice-Prefeito e**  
286 **Secretários Municipais para a legislatura 2013-2016, com a aplicação de multa ao Ordenador**  
287 **responsável pelo encaminhamento intempestivo do Ato, nos termos do voto da Relatora. Ausência, por**  
288 **ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Processo nº 201300929-00; Câmara Municipal**  
289 **de Mãe do Rio; Cadastramento de Diárias de Vereadores e outros Lei nº 590/2012, aprovada em**  
290 **12.11.12; Interessado Lucídio Rezende da Silva Júnior; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva;**  
291 **Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu**  
292 **posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastro. A matéria foi colocada em**  
293 **discussão. A Relatora proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à**  
294 **unanimidade, decidiu pelo cadastramento da Lei Municipal nº 590/2012, aprovada em 12.11.12, pela**  
295 **Câmara Municipal de Mãe do Rio, que fixa o valor das diárias de viagem dos vereadores e servidores**  
296 **para a legislatura 2013-2016, com aplicação de multa ao Ordenador responsável pelo encaminhamento**  
297 **intempestivo do Ato, nos termos do voto da Relatora. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro**





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

298 Aloísio Chaves. **Processo nº 200818567-00; Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa;** Outros –  
299 **2008;** Recurso de Revisão contra o Acórdão Nº 19.268, que negou Registro a Contratos Temporários;  
300 **Responsável Amós Bezerra da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara**  
301 **Lúcia. Com Pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda.** Retirado de pauta. **Processo nº**  
302 **200818566-00; Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa;** Outros – 2008; Recurso de Revisão  
303 contra o Acórdão Nº 19.267, que negou Registro a Contratos Temporários; Responsável Amós Bezerra  
304 da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **com Pedido de Vista**  
305 **ao Conselheiro Daniel Lavareda.** Retirado de pauta. **Processos nº 200818566-00 –**  
306 **201013702-00; Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa;** Recurso de Revisão contra a decisão do  
307 Acórdão nº 19.267, de 17.12.2009, que negou registro a Contratos Temporários; Interessado Amós  
308 Bezerra da Silva; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia, **com pedido de**  
309 **Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201218873-00; Câmara**  
310 **Municipal de Cametá;** Subsídio; Interessado Raimundo Cândido dos Santos; Procuradora Maria  
311 Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Cezar Colares, **com pedido de Vista ao Conselheiro**  
312 **Antônio José, Sessão 22.01.13.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Antônio José proferiu  
313 seu **VOTO VISTA:** *"acompanho os votos dissidentes quanto a impossibilidade de cadastramento da*  
314 *Resolução sob análise". Em votação:* o Conselheiro Cezar Colares votou na Sessão do dia 22.01.2013  
315 pelo cadastro da Resolução nº 004/2012, da Câmara Municipal de Cametá, que fixou como teto máximo  
316 em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) os subsídios para os Membros daquela Casa Legislativa para Legislatura  
317 2013/2016, conferindo-se a possibilidade de correção aos iniciais R\$-5.000,00 (cinco mil reais) fixados  
318 para 2013, nos termos de sua promulgação, com a comunicação a esta Corte de Contas. O Conselheiro  
319 Aloísio Chaves, nesta mesma Sessão, divergiu e votou contrariamente ao cadastramento do Ato, no que  
320 foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda e pelas Conselheiras Rosa Hage e Mara Lúcia. O  
321 Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:**  
322 O Plenário, **à unanimidade,** acompanhando o voto divergente do Conselheiro Aloísio Chaves, decidiu  
323 pela negativa de cadastro do Ato. Vencido o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro José Carlos  
324 Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra e assim manifestou-  
325 se : *"O Ministério Público do Estado do Pará encaminhou, em 09.10.12, requerimento ao TCM-PA, com vistas à*  
326 *apresentação de "parecer sobre a legalidade da contratação e, se for o caso, o reenquadramento funcional de*  
327 *LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO e de todos os Procuradores Jurídicos do Município de Belém, contratados*  
328 *sem concurso público após a Constituição Federal de 1988", fixando prazo de 15 (quinze) dias para resposta,*  
329 *conforme consta à fl. 01. Os autos foram inicialmente encaminhados à 3ª Controladoria, a qual, conforme consta*  
330 *do despacho às fls. 26/27, remeteu os mesmos à DIAPE, para levantamento preliminar da situação, dado a*  
331 *atribuição daquele órgão de assessoramento em matéria de pessoal. Já na DIAPE, houve juntada de documentos*





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

367 *que as informações desposadas pela DIAPE apresentam, em tese, incorreção ou imprecisão, conforme busca*  
368 *demonstrar o servidor LUIZ GONZAGA NETO, quanto à data de sua admissão nos quadros municipais, no que*  
369 *apresenta documentação comprobatória de suas alegações (fls. 31/42), indicando estar enquadrado dentro de*  
370 *caso análogo, sobre o qual o TCU já se manifestou, conforme consta do Acórdão n.º 2737/2010, anexado pelo*  
371 *mesmo às fls. 43/73, no que se impõe maior cautela desta Corte de Contas, na apreciação do vertente caso. Assim,*  
372 *submeto os autos à deliberação deste Colegiado, apresentando as seguintes proposições para a matéria: 1. O*  
373 *encaminhamento imediato de Ofício ao MPE, com vistas a tornar sem efeito àquela manifestação, uma vez que a*  
374 *mesma não se enquadra nos requisitos exigidos pelo Regimento Interno desta Corte de Contas, como consulta,*  
375 *bem como por não indicar manifestação final e definitiva do colegiado desta Corte, tal como pretendido no citado*  
376 *requerimento. 2. Ou, alternativamente, igualmente o encaminhamento imediato de Ofício ao MPE, com vistas a*  
377 *tornar sem efeito àquela manifestação, uma vez que não representa, ainda, a manifestação formal deste TCM, tal*  
378 *como requerido pelo representante do Parquet, dado a necessidade de submissão da matéria à deliberação*  
379 *plenária, após a abertura do contraditório e da ampla defesa aos servidores interessados, bem como à própria*  
380 *Prefeitura Municipal de Belém; Outrossim, remeto os presentes autos para ciência e deliberação deste Plenário,*  
381 *tendo em vista as implicações que tal encaminhamento, realizado em claro equívoco, poderá resultar na formação*  
382 *de entendimento pelo Parquet e de possíveis implicações de natureza jurídica em desfavor dos servidores*  
383 *indicados na manifestação da DIAPE". A Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Daniel Lavareda, o*  
384 *Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro José Carlos Araújo acataram a solicitação proposta pela*  
385 *Conselheira Mara Lúcia. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo comunicou que não haverá*  
386 *Sessão Plenária no dia 28.03.2013, e convocou os Conselheiros para a reunião administrativa que*  
387 *ocorrerá no dia 27.02.2013, às dez horas da manhã, no Gabinete da Presidência. **DISTRIBUIÇÃO DE***  
388 **PROCESSOS. Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; 1) Processo nº 201118909-00; Instituto de**  
389 **Previdência do Município de Redenção do Pará; Aposentadoria de Maria Socorro de Sousa Beltrão. 2)**  
390 **Processo nº 201200230-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará; Aposentadoria**  
391 **de Joana Rodrigues Batista. 3) Processo nº 201202812-00; Instituto de Previdência do Município de**  
392 **Redenção do Pará; Aposentadoria de Maria do Socorro Ramos de Amorim. 4) Processo nº 201109824-**  
393 **00; Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará; Pensão de Valdemar Pinto da Silva. 5)**  
394 **Processo nº 201118909-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará; Pensão de**  
395 **Louvergilio Coutinho de Araújo. Relatora - Conselheira Rosa Hage; 1) Processo nº 201213917-00;**  
396 **Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Deusalina de Oliveira. 2)**  
397 **Processo nº 201214740-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de**  
398 **Maria Laide dos Santos Costa. Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; 1) Processo nº 201205286-00;**  
399 **Instituto de Previdência do Município de Dom Eliseu; Aposentadoria de Vanda Maria Rocha Cotrim. 2)**  
400 **Processo nº 201216720-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos temporários por tempo**





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

401 determinado de Dina Almeida de França e outros. Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; 1) Processo nº  
402 201207888-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR;  
403 Aposentadoria de Neci Rodrigues da Silva. Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; 1) Processo nº  
404 201113526-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de  
405 José Manuel Nobre Ferreira. 2) Processo nº 201117978-00; Instituto de Previdência e Assistência do  
406 Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de João Vieira da Silva. 3) Processo nº 201206793-00;  
407 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Raimundo  
408 Martins Azevedo. 4) Processo nº 201207194-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de  
409 Belém – IPAMB; Aposentadoria de Carmen Ricardina Airoso Pinto. 5) Processo nº 201209261-00;  
410 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Haroldo José  
411 Barbosa Vieira. 6) Processo nº 201213819-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de  
412 Belém – IPAMB; Aposentadoria de José Mendonça Ricino. 7) Processo nº 201209264-00; Instituto de  
413 Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Sebastião Ubaldo de Alcantara. 8)  
414 Processo nº 201211927-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;  
415 Pensão de Maria de Nazaré Ferreira de Souza. 9) Processo nº 201214135-00; Instituto de Previdência e  
416 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Maria de Nazaré Souza da Silva. 10) Processo  
417 nº 201214866-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de  
418 Gabreil Alan Souza Oliveira. 11) Processo nº 201217695-00; Instituto de Previdência e Assistência do  
419 Município de Belém – IPAMB; Pensão de Maria Diana Alves Santos. 12) Processo nº 201217696-00;  
420 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Valnice da Silva e  
421 Silva. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** Após, a  
422 Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e quarenta minutos da qual foi  
423 lavrada a presente Ata.  
424 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e seis de março de  
425 dois mil treze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

Presidente da Sessão